



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

DESLOCAÇÃO

Reunião Inter-Parlamentar

Para além da crise – Que desafios para a Europa?

Parlamento Europeu

Bruxelas, 8 e 9 de Novembro de 2010

RELATÓRIO

Deputado Alberto Costa (GP PS)

Deputado Cristóvão Crespo (GP PSD)

Enquadramento

O Parlamento Europeu (PE) e o Parlamento belga organizaram, no âmbito da presidência belga da União Europeia (UE), uma reunião interparlamentar conjunta com os Parlamentos nacionais (PN) sobre o tema *Para além da crise – Que desafios para a Europa?*. Esta reunião teve lugar nos dias 8 e 9 de Novembro de 2010, em Bruxelas.

O programa da reunião, a lista de participantes e diversa documentação de suporte encontram-se no site internet da reunião:

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1463>

O Dr. Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da Assembleia da República em Bruxelas, prestou o apoio técnico durante a reunião.

Programa

Dia 8 de Novembro

1. Sessão de Abertura

Na sessão de abertura, o Presidente do PE, Jerzy Buzek, começou por referir que a Europa vive um período especial, em que tem de ser capaz de encontrar soluções para uma crise sem precedentes. A este respeito, destacou três aspectos:

1. A estabilização: considerou que a UE deve encontrar mecanismos que lhe permitam prevenir estas situações de futuro. Acrescentou que, se as instituições conseguirem trabalhar em sintonia, poderão ser evitados os erros do passado. A este respeito, concluiu, o PE está na vanguarda (e.g. aprovação do pacote de supervisão financeira);
2. A governação económica, considerando que os mecanismos a criar neste domínio devem assentar no método comunitário;
3. A legislação futura, afirmando que, quando os mercados voltarem a ter estabilidade, a UE deverá prosseguir a implementação de dois pacotes legislativos

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

essenciais: Estratégia UE2020 e o Acto para o Mercado Único. Neste domínio, finalizou, os PN têm um papel essencial a desempenhar.

André Flahaut, Presidente da Câmara dos Representantes do Parlamento belga, interveio de seguida, enfatizando que é fundamental que as medidas que estão a ser adoptadas obtenham a adesão da população. Apenas através desta mobilização, acrescentou, será possível que os cidadãos voltem a confiar e a acreditar no projecto europeu. Em seguida, referiu que o foco da recuperação económica deve ser um crescimento orientado para a criação de emprego, num mercado interno com uma importante dimensão social. O discurso de André Flahaut encontra-se em anexo a este relatório.

O primeiro orador desta reunião interparlamentar foi Jean-Pierre Jouyet, presidente da Autoridade dos Mercados Financeiros francesa, cujo discurso se encontra apenas a este relatório. A questão de fundo que suscitou foi a de saber se, com a crise financeira, com a crise do euro e com um quadro institucional renovado, a UE conseguirá manter o seu peso e a sua influência. A este respeito, considerou que o primeiro desafio da UE é conseguir convencer-se a si própria e ao mundo de que o seu projecto é hoje mais importante do que nunca. A este propósito, enunciou um conjunto de desafios para a UE:

- a) A eficácia da acção europeia e a sua percepção por parte das opiniões públicas;
- b) O financiamento;
- c) As relações entre a UE e os países emergentes;
- d) Como retomar o crescimento e de que modo recolocar os mercados ao serviço da economia real;

No período de debate que seguiu, o Sr. Deputado Alberto Costa (PS) usou da palavra, considerando que, no quadro dos mecanismos de governação económica que estão a ser definidos, deve ser evitada uma abordagem imprudente, em particular nos seguintes aspectos:

- A escalada sancionatória recente é prejudicial à confiança de que os Estados-membros necessitam,
- Os PN devem ser envolvidos na primeira fase do semestre europeu, de modo a que as suas posições possam ser efectivamente levadas em consideração;
- O processo legislativo europeu deve manter a sua integridade, com cada instituição a desempenhar o papel que lhes é confiado pelos Tratados. Deste modo, a inovação que foi a *task force* liderada pelo presidente do Conselho Europeu não deve estabelecer qualquer tipo de precedente;

- Por fim, no que diz respeito à possível revisão do Tratado, aludiu à necessidade de transparência, abertura e democraticidade do processo. Neste sentido, considerou que o envolvimento dos PN é absolutamente necessário.

2. Grupos de Trabalho

Em seguida, os Deputados foram divididos por grupos de trabalho (GT), dedicados aos seguintes temas:

- **GT 1: Que tipo de crescimento e de empregos para a Europa do futuro?**, no qual participou o Sr. Deputado Cristóvão Crespo (PSD);
- **GT 2: Que tipo de governação económica?**; no qual participou o Sr. Deputado Alberto Costa (PS);
- **GT 3: Como completar o Mercado Único da UE**

Dia 9 de Novembro

3. Apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho

Na manhã do dia 9 de Novembro, os relatores designados dos GT apresentaram os seus relatórios, que se encontram em anexo. Os principais pontos a destacar são:

- GT 1: é preciso obter um equilíbrio entre a redução da dívida pública e o estímulo ao crescimento económico e ao emprego.
- GT 2: a relatora apresentou a ideia do PE de que seja criado um cargo de Vice-Presidente da Comissão responsável pelas questões económicas e monetárias, que presida simultaneamente ao Conselho ECOFIN e ao Eurogrupo. Os principais tópicos debatidos foram o papel do PE e dos PN no semestre europeu, a possível reforma do Tratado, a avaliação da proposta da Comissão sobre o PEC e a coordenação do trabalho nacional e europeu em matéria orçamental.
- GT 3: foi debatido o relatório Monti sobre o mercado interno, em especial a luta contra o nacionalismo económico e o reforço da mobilidade do trabalho.

Em seguida, interveio o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, que realçou a importância da dimensão parlamentar deste debate, pois os PN têm a autoridade democrática necessária para criar a apropriação destes desafios e para disseminar a mensagem pela União Europeia.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Sublinhou, ainda, que os cidadãos europeus têm muitas preocupações: emprego, educação, pensões, a qualidade de vida, o ambiente, etc. Existem alguns sinais positivos, mas a recuperação ainda não chegou. A Comissão Europeia, acrescentou, tem feito um trabalho importante em termos de reformas (e.g. supervisão financeira) e continua a apresentar propostas neste sentido.

Aludiu ao trabalho do Grupo de Missão liderado pelo Presidente do Conselho Europeu, e ao apoio dado pelo Conselho ao relatório apresentado. Porém, recordou que a nova abordagem preconizada pela Estratégia UE2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo deve ser a pedra de toque de todas as políticas, pois oferece uma estrutura europeia coordenada de medidas orientadas para o futuro. O crescimento deverá ser focado na inovação e sustentabilidade, orientado para os cidadãos, e potenciando o mercado interno e tornando-o mais flexível. A este respeito, o Presidente da Comissão deu como exemplo a Agenda Digital e enfatizou as iniciativas no domínio do emprego, da política industrial, da pobreza e da exclusão, da juventude e da eficiência dos recursos.

Por outro lado, destacou também a importância dos Programas Nacionais de Reforma para atingir as metas previstas na Estratégia UE2020.

Finalmente, o Presidente da Comissão declarou estar ciente das preocupações dos PN relativamente à possível interferência da Comissão nas suas prerrogativas orçamentais, procurando assegurar que não há qualquer intenção nesse sentido. Afirmou que o "semestre europeu" é um instrumento crítico para aproximar os esforços europeus e nacionais. Sugeriu, a este respeito, que a reunião da COSAC da Primavera possa, em cada ano, incluir esta temática na sua agenda.

O Presidente em exercício do Conselho da UE, Yves Leterme (1º Ministro do Reino da Bélgica), usou da palavra em seguida, para destacar os grandes desafios com que a UE se depara neste momento:

1. Governação económica: neste domínio, deu particular destaque à supervisão macro-económica, nomeadamente os mecanismos de alerta precoce para os desequilíbrios económicos, bem como a possibilidade de sanções para os Estados-membros da zona euro. Realçou ainda a necessidade de fortalecer o Pacto de Estabilidade e Crescimento, bem como o compromisso do Conselho em finalizar o processo legislativo antes do Verão de 2011;
2. Melhor supervisão do sector financeiro, tendo Yves Leterme recordado a criação das quatro autoridades europeias neste domínio, além de manifestar a esperança de que possa ser alcançado um acordo sobre o regulamento para as agências de notação de crédito;



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

3. Estratégia UE2020: o Presidente do Conselho da UE referiu que os cinco objectivos da UE haviam já sido adoptados: ambiente, educação, inovação, alterações climáticas e inclusão social. Assinalou, ainda, que as estratégias orçamental, macro-económica e UE 2020 são complementares e reforçam-se mutuamente;
4. O mercado interno e a inovação: em face da incerteza em torno da negociação sobre a patente europeia, anunciou que o Conselho aguarda uma proposta da Comissão relativamente a cerca de 50 "estrangulamentos" relativos ao mercado interno;
5. É necessário recolocar a UE em acção e, neste âmbito; regozijou-se com o facto de que a Presidência belga ter logrado relançar o trabalho legislativo, através da adopção de cerca de 20 propostas desde Julho.

No período de debate que se seguiu, o Sr. Deputado Alberto Costa (PS) interpelou o Presidente da Comissão Europeia a propósito das propostas de sanções, considerando que o discurso político europeu deve ser prudente e valorizar as mensagens positivas. E, prosseguiu, algumas das mensagens que têm sido difundidas a propósito das sanções na zona euro têm sido caracterizadas por alguma imprudência, pois já existem mecanismos sancionatórios previstos no PEC. Por outro lado, será igualmente prudente incluir os PN no debate do semestre europeu. Por fim, o Deputado Alberto Costa (PS) reiterou duas ideias: o grupo de missão sobre governação económica representou uma certa anomalia no normal processo legislativo europeu, a qual não deverá criar um precedente; e a ilusão de que uma revisão relâmpago do Tratado, sem participação dos PN, será prudente.

Na resposta, o Presidente da Comissão Europeia considerou que esta instituição tem agido de forma prudente. Relativamente à decisão do Conselho sobre a revisão do Tratado, é importante notar que o ordenamento jurídico alemão impõe uma alteração do Tratado para que o Fundo Europeu de Estabilização possa assumir um carácter permanente. No que diz respeito ao semestre europeu, voltou a referir que é um debate que a COSAC poderá organizar no primeiro semestre de cada ano.

O Vice-Presidente do PE, Deputado Miguel Angel Martínez Martínez (S&D), encerrou os trabalhos, enunciando três grandes desafios para o PE e para os PN acompanharem: o semestre europeu, a harmonização fiscal e o orçamento da UE.

Os Deputados,

Alberto Costa

Cristóvão Crespo